UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

FRANCINEA DA SILVA PEREIRA

SURDEZ NA SALA DE AULA: RELATOS DE UM PROFESSOR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA PAULA EM CASTANHAL-PA

Castanhal – Pará
2018

FRANCINEA DA SILVA PEREIRA

SURDEZ NA SALA DE AULA: RELATOS DE UM PROFESSOR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA PAULA EM CASTANHAL-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientador (a): Prof. Esp. Rubens Alexandre de Oliveira Faro

Castanhal – Pará
2018

FRANCINEA DA SILVA PEREIRA

SURDEZ NA SALA DE AULA: RELATOS DE UM PROFESSOR DA ESCOLA MUNICIPAL ANA PAULA EM CASTANHAL-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do professor Rubens Alexandre de Oliveira Faro.

Banca examinadora:

_____

Prof. Esp. Rubens Alexandre de Oliveira Faro

Pedagogia - UFPA

_____

Profª. Esp. Mara Cristina Lopes Silva Araújo

Tradutora e interprete de Libras – UFPA

_____

Prof. Dr. João Batista de Santiago Ramos

Pedagogia - UFPA

Conceito: _____

Castanhal – Pará
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me encorajar mesmo quando não acreditava que seria capaz de conseguir concluí-lo.

A minha família, meus irmãos, minha prima Ana Célia, que mesmo distante em outro país, sempre me incentivou a não desistir, mas principalmente aos meus pais que sempre estiveram comigo me apoiando nas decisões, agradecer também a minha amiga de longa data, Gleici Silva, que antes mesmo de minha aprovação no vestibular, já me incentivava sobre a importância de sempre ir em busca de novos conhecimentos.

A UFPA, essa instituição onde fui tão bem acolhida, ao seu corpo docente, a direção, administração, que me possibilitaram condições indispensáveis para o meu processo de formação acadêmica.

Ao meu orientador Professor Rubens Faro e sua intérprete, Professora Mara Cristina, por todo empenho e suporte dedicado para que a conclusão deste trabalho fosse possível.

A minha turma pedagogia 2013, mas em especial, minha eterna gratidão as minhas amigas Viviane Silva e Elaine Juliane, pelo companheirismo durante todo o curso e que espero levar essas amizades para o resto da vida. Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta, deixo aqui registrado o meu muito obrigado.

Dedico este trabalho
aos meus pais:
Francisco Elizeu e
Francisca da Silva

Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa. Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos. Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.

Terje Basilier

RESUMO

O presente trabalho constitui-se uma reflexão sobre as vivências, experiências e os desafios sobre a realidade da pessoa surda em sala de aula na perspectiva de ensino a partir dos relatos de um professor da rede pública municipal do município de Castanhal, considerando para tal análise, a construção de um trabalho que visa refletir sobre as dificuldades que se apresentam para o aluno, tendo em vista o papel do professor como mediador do ato comunicativo que é necessário para um aprendizado inclusivo e cidadão. Os objetivos presentes neste trabalho se direcionam no sentido de entender a importância da formação do professor, bem como a explicitação dessa realidade como forma de compreender as particularidades que ensejam a inclusão do aluno surdo no espaço de sala de aula. Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho se pautou numa análise de cunho bibliográfico qualitativo, para em seguida se pautar numa análise da realidade a partir de uma pesquisa de campo que tem por função observar as deficiências no sentido de criar possíveis estratégias de ensino que ajudem na formação do aluno. Como marco teórico para nossas discussões sobre o tema do surdo e sua inclusão em sala de aula utilizamos autores como Quadros (1997), Botelho (2015), Glat (2011) e a legislação que discute as políticas públicas inclusivas. Ao final deste trabalho concluiu-se preliminarmente que é de fundamental importância para o processo de inclusão do aluno surdo no espaço escolar, uma política pública que de fato inclua o professor em processos formativos que visem sanar o problema da exclusão da pessoa surda, bem como sua consolidação como pessoa humana no processo de uma democracia escolar.

Palavras-chaves: Pessoa surda. Papel do professor. Língua de Sinais. Inclusão.

RESUMEN

La presente investigación tiene por objetivo constituir una reflexión a respecto de las existencias, las experiencias y los desafíos sobre la realidad del alumno sordo en aula en la perspectiva de enseñanza a partir de los informes de un profesor de la red pública municipal del distrito municipal de Castanhal, teniendo en cuenta que para tal análisis, la construcción de una investigación que objetiva reflexionar sobre las dificultades que enfrenta el estudiante, considerando el papel del profesor como mediador la acción comunicativa que es necesario para un aprendizaje inclusivo y ciudadano. Los objetivos presentes en esta investigación se apuntan en el sentido de entender la importancia de la formación del profesor, así como poner de relieve esta realidad como forma de comprender las particularidades que conllevan la inclusión del estudiante en el espacio de clase de aula. Para alcanzar los objetivos propuestos, la metodología de investigación utilizada en este trabajo se basó en un análisis de cuño bibliográfico cualitativo, para en seguida se basar en un análisis de la realidad a partir de una investigación de campo que tiene por función observar las deficiencias en el sentido de crear posibles estrategias de enseñanza que ayuden en la formación del alumno. Como marco teórico para nuestros planteamientos sobre el tema del sordo y su inclusión en clase de aula, hemos utilizado autores como Quadros (1997), Botelho (2015), Glat (2011) y la legislación que dice respecto a las políticas públicas inclusivas. Al final de este trabajo se concluye preliminarmente que es de fundamental importancia para el proceso de inclusión del alumno sordo en el ámbito escolar, una política pública que de hecho incluya el profesor en procesos formativos que tiene por objetivo disminuir el problema de la exclusión de la persona sorda, así como su consolidación como persona humana en el proceso de una democracia escolar.

Palabras clave: Persona sorda. Papel del profesor. Lengua de Señales. Inclusión.

SUMÁRIO

RESUMO

RESUMEN

1 – INTRODUÇÃO 09

2 – MARCO TEÓRICO 13

2.1 – O surdo e as políticas de inclusão na história 14

2.2 – Diferença entre deficiência auditiva e surdez 17

2.3 – As leis criadas para a inclusão 20

2.3.1 – Considerações sobre a legislação de Libras 22

2.4 – Linguagem de sinais ou Língua de sinais? 23

2.5 – Modelos Educacionais na Educação de Surdos 25

3 – ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO 30

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 35

REFERÊNCIAS 38

ANEXOS 41

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais regido pela urgência dos sons, dos barulhos e da necessidade de ouvir as vozes entrecortadas do progresso cientifico e cultural, em especial no que diz respeito ao uso das redes sociais e outras formas de comunicação em toda sua histeria de vozes, é pontual observar criticamente sobre o silêncio como uma metáfora necessária para entender nossa sociedade e todos os vícios que a condenam como portadora de verdades ruidosas que nada dizem, apenas repetem preconceitos, marginalizações e exclusões sociais, como as que acometem sobre nossos alunos surdos que estão imersos numa espécie de dupla marginalização: excluídos num mundo já de exclusões inerentes a sua vivência, o que dificulta não apenas a sua existência enquanto aluno surdo, mas sim a sua inexistência quanto aos métodos que se utiliza nas práticas de sala de aula para diminuir um pouco a dívida histórica que se formou ao redor deste cidadão no âmbito educacional.

Nesse sentido, se faz necessário pontuar com criticidade não apenas a sociedade, mas os indivíduos que a formam, posto que são reflexos do que ao longo do tempo sempre fomos causadores: a marginalização do outro e seu silenciamento enquanto cidadão. Por que me arrisco a começar este trabalho de análise crítica sobre a questão do surdo e sua marginalização no espaço escolar, a partir de uma observação aparentemente genérica? Justamente porque como educadores, somos e devemos estar sempre atentos ao nosso papel de observadores e interventores de uma nova realidade que deva combater qualquer tipo de marginalização e se pautar pela busca constante de uma formação cidadã em meio aos destroços dessa sociedade egocêntrica que se pauta no individualismo, e não no bem comum da cidadania.

Nesse sentido, apresento como reflexão introdutória desta pesquisa alguns apontamentos críticos que me levaram a escolher este tema a partir da experiência que vivenciei com uma pessoa surda a qual auxiliava em seus trabalhos escolares, visto que esta sentia muita dificuldade para realizá-lo. Assim como pretendo aqui também discutir as dimensões discursivas do referido tema, tendo como pano de fundo metafórico, o termo silêncio e seu jogo duplo semântico de ser ao mesmo tempo a representação do silêncio dos

muitos alunos que estão marginalizados no espaço da escola – aqui o espaço escolar abrange um olhar sobre todo o sistema educacional em suas particularidades – ao silêncio que acomete a própria sociedade sobre o tema da surdez como um fator de exclusão social e cultural. Ainda que esteja em voga investigações e discussões ao redor da temática do surdo e o espaço de sala de aula, é preciso pontuar que as políticas de inclusão de tais temas em pauta, apenas redimensionam a necessidade de se falar mais sobre este tema e em especial fazê-lo que participe de nossa realidade, não apenas a nível de discurso, mas de práticas educativas que devam ajudar na formação destes cidadãos marginalizados duplamente. Para que possamos então pensar nessa conjuntura de inclusão da temática do surdo, bem como essa inclusão no espaço escolar e suas particularidades, acredito ser pontual pensar em um possível diálogo com o papel do professor nessa formação que visa a inclusão como forma de oportunizar cidadania sem miradas paternalistas sobre o aluno surdo.

De fato, pesquisar sobre esse tema não foi uma tarefa nada fácil, a começar pela dificuldade em conseguir um aluno surdo do 5º ano que tivesse o acompanhamento do professor auxiliar em sala de aula. Foi necessário passar pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Castanhal, onde foi repassado que apenas em duas escolas desse referido município poderia ser encontrado o aluno surdo em turma de 5º ano. Na primeira escola procurada, foi informado pela responsável do turno que a escola estaria em período de jogos estudantis, e consequentemente, todos os professores estariam sem dar aulas. Já em visita a segunda escola, onde fui bem recebida, no primeiro contato com o professor responsável pela turma do 5º ano, o mesmo aceitou responder o questionário, mas na condição de poder levar para sua casa e devolver no outro dia por conta de que esse seria o único tempo disponível, e só assim foi possível a realização da pesquisa.

Para nos referir especificamente ao espaço que deu margem para nossa análise a partir das experiências relatadas pelo professor de uma escola da rede pública municipal, destacamos a realidade na qual verificamos nosso olhar crítico e a consequente justificativa que deu margem ao trabalho. A semente deste trabalho nasceu a partir da experiência de convívio com uma amiga surda que tinha grandes dificuldades em aprender os conteúdos

escolares durante sua formação na educação básica (fundamental e médio). Na ocasião pude testemunhar a partir dos trabalhos escolares que minha amiga tinha que fazer, as grandes dificuldades enfrentadas por ela, pois me relatava que durante as aulas, se sentia excluída do processo de aprendizagem, já que a aula não era destinada a ensinar um conteúdo que fosse de caráter inclusivo, ou seja, havia um evidente sentido de exclusão dentro do espaço escolar.

Tendo em vista essa pequena análise crítica do contexto de minha escolha para discussão acadêmica pontuada metaforicamente pelo uso da palavra silêncio como forma de provocar-nos à reflexão, proponho neste presente trabalho investigativo, traçar um panorama sobre o aluno surdo (terminologia que será ainda discutida adiante), e os processos de inclusão que lhe são (ou deveriam ser) inerentes enquanto cidadãos, bem como analisar o papel da formação deste professor e suas facetas como mecanismo de mediação da criticidade do aluno, direcionado para sua aplicação em espaços escolares onde este aluno possa ser “ouvido” por uma sociedade que teima cada vez mais em ouvir a si própria pelo viés do individualismo e silencia quanto a dupla marginalização que sofrem estes cidadãos nos espaços escolares. Neste caminho, a ideia é dar voz a estes silenciados pela história tendo como pano de fundo reflexivo nosso papel de mediadores para que possamos escutar a voz desse silêncio em meio ao ruído insosso de nosso egoísmo.

1.1 METODOLOGIA

Como forma de evidenciar os caminhos percorridos pela presente pesquisa no âmbito de sua análise como resultado para a reflexão em torno do tema do surdo e as dificuldades presentes no espaço escolar, assim como o ensino para surdos como forma de sedimentar possíveis caminhos metodológicos para o professor em sala de aula, proponho apresentar neste capítulo, elementos que dimensionam a pesquisa em seu caráter estrutural, bem como apresento os métodos que me levaram a construir este trabalho, evidenciando a importância da escolha do tema e os fundamentos e objetivos

que me levaram a percorrer este tema aparentemente comum, mas que necessita de vozes para sublinhar sua importância no contexto de nossa escola.

Este trabalho foi desenvolvido mediante uma pesquisa de cunho qualitativo tendo em vista que o cerne da mesma reside na tentativa de refletir sobre o tema em questão, partindo de uma dada realidade específica, não como forma de evidenciar números para uma possível explanação quantitativa, mas sim como forma de observar a relevância do problema do aluno surdo e aprendizado em sala de aula, partindo do pressuposto questionador que tem como base a pergunta-problema que norteia este trabalho: Como promover estratégias metodológicas nas práticas escolares a partir da compreensão da problemática do aluno surdo e suas dificuldades no espaço de aprendizado da sala de aula? Obviamente que a pergunta gerou outros questionamentos que neste trabalho serão direcionados e representados na forma de análise que proporemos a partir da referida proposição teórica e prática.

.

O professor entrevistado (doravante Professor Raimundinho) para que pudéssemos analisar os dados desta pesquisa está lotado em uma turma de 5º ano da escola municipal de ensino fundamental *Ana Paula dos Santos e Santos* localizada no bairro do Jaderlândia, município de Castanhal, estado do Pará. As referidas dificuldades analisadas a partir desta entrevista dizem respeito ao processo de aprendizagem (ou suas dificuldades) entre um aluno surdo desta turma e a metodologia utilizada pelo professor, bem como as dificuldades de comunicação geradas na prática do ensino, posto que o professor da turma teria dificuldade em se fazer entender, não apenas na língua materna e com relação aos outros alunos, mas também na Língua de Sinais, já que o professor não dominava a segunda, o que se constatou como um problema que gerou não apenas a incomunicação na relação entre professor-aluno, mas sim na formação deste aluno, enquanto cidadão. Esse espaço explorado na prática da observação, entrevista e análise serviu de pano de fundo para a reflexão sobre o espaço escolar, e gerou assim a problemática que rege este trabalho, justificando-se o mesmo, a partir do estudo em torno das dificuldades de aprendizagem na relação professor-aluno.

O diferencial desta investigação está justamente no seu caráter de levantamento de dados de uma realidade escolar de cunho excludente, posto o espaço físico e social da escola que serviu de contexto para esta pesquisa, e converter as reflexões em torno desta realidade em prática reflexiva sobre outras, ensejando nessa discussão a experiência de vida escolar de uma pessoa surda em sala de aula.

Neste sentido, os objetivos que temos ao analisar esta realidade e compará-la criticamente ao sistema educacional brasileiro, são diversos, mas destacamos entres eles, o objetivo geral que dimensiona nossos outros objetivos: analisar a realidade da pessoa surda numa perspectiva de ensino da escola pública. Dentre os específicos, destacamos as especificidades de nossos objetivos: identificar e refletir sobre o papel do professor no contexto de inclusão da pessoa surda; proporcionar a reflexão sobre o papel do professor e suas estratégias de ensino como ferramentas que objetivam melhorar o contexto de aprendizagem do aluno surdo.

O questionário que serve de base para nossa análise, foi construído e aplicado no mesmo local onde foi observado o problema que deu margem ao cerne deste trabalho. Assim sendo, esta pesquisa está pautada de acordo com as seguintes etapas; num primeiro momento apresentamos as proposições iniciais do trabalho, bem como os processos que ajudaram em sua confecção; em seguida, apresentando nosso marco teórico onde destacaremos uma perspectiva histórica sobre o surdo e os processos de inclusão ao longo da história; a continuação, discutiremos questões como os conceitos e diferenças sobre o conceito de surdez, questões especificas das necessidades concernentes ao tema da surdez, uma proposição da legislação que rege este tema dentro do âmbito da educação, assim como o papel do professor no processo de prática de ensino. Em seguida a este marco teórico, proporemos uma análise dos dados coletados no questionário, ensejando uma reflexão em torno de uma realidade específica, tendo como foco discutir o tema de modo a fazer uma possível proposição reflexiva sobre esta realidade, a relação aluno-professor e as possíveis maneiras de construir estratégias que possibilitem um processo de ensino-aprendizagem eficaz e igualitário, portanto, mais humano e inclusivo.

2 MARCO TEÓRICO

Neste capítulo proporemos uma abordagem teórica sobre os vários elementos que compõe nossa pesquisa, dando ênfase em uma contextualização histórica que se faz necessária para entender: quem é o surdo? Como a pessoa surda foi vista ao longo da trajetória humana? Como observar a relevância e urgência do tema na contemporaneidade? Em seguida, destacamos os conceitos de surdez e deficiência auditiva como forma de precisar a terminologia para fins didáticos de nossa pesquisa. Assim como observamos a necessidade em definir o campo semântico para os termos “Língua de Sinais” e “linguagem de sinais”. Outra proposição teórica necessária é a legislação, no que diz respeito aos direitos da pessoa surda e como entendê-las é condição necessária para discutir o tema nos espaços educacionais.

2.1 O SURDO E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

O tema da pessoa surda já é discutido desde tempos mais remotos, mas o conceito sobre a pessoa surda era diferente, tanto os surdos como outras pessoas com diferentes deficiências foram inferiorizadas na antiguidade clássica pela sociedade, estes indivíduos viviam a margem da mesma, excluídos do convívio com os outros cidadãos tidos como normais, além disso não eram considerados como seres humanos porque na sociedade greco-romana acreditava-se que a fala era resultado do pensamento, por isso as pessoas com perda auditiva eram caracterizadas como amaldiçoadas pelos deuses e não usufruíam do direito a testamentos, escolarização e nem podiam frequentar os mesmos ambientes que os outros cidadãos com capacidade auditiva frequentavam. Fora todos esses fatores, talvez o que mais pesasse na época seria o fato de que para Aristóteles o ouvido era considerado o órgão mais importante para a educação e os surdos incapazes de obter qualquer

instrução por meio da audição, já que não a possuíam. Eram tachados como incapacitados nesse tempo. (LIMA, 2012)

Ainda segundo Lima (2012), na idade média a discriminação referente as pessoas surdas partiu diretamente da igreja católica, esta baseava-se no livro de Gênesis do velho testamento o qual diz que o homem foi criado conforme a imagem e semelhança divina, por este motivo os tidos como imperfeitos não conseguiam atingir tão semelhança e por isso eram discriminados, no entanto, esse pensamento é modificado a partir do final da Idade Média onde surgem os primeiros estudos voltados para educação da criança surda e sua integração na sociedade, todavia, essa integração ainda não possuía um aspecto inclusivo.

Na Idade Moderna, mais precisamente no século XVII nota-se um interesse maior advindo de estudiosos relacionados à Educação dos Surdos, porém, seu maior interesse baseava-se no teor financeiro, visto que, perceberam que esse tipo de educação lhes garantia ótimos ganhos financeiros já que as famílias das pessoas com essa necessidade especial possuíam recursos abastados e estavam dispostas a pagar o que fosse para que seus descendentes pudessem ser instruídos e tivessem a possibilidade de falar mesmo que por intermédio da escrita. (LIMA, 2012)

Segundo Benedetto;Santos; Shlünzen (2012) no século XVI vários estudiosos contribuíram para a educação dos surdos, como por exemplo, Cardano interessado em ajudar seu filho surdo e por este motivo o mesmo desenvolveu várias pesquisas e por intermédio delas descobriu que a escrita não era somente a representação gráfica dos objetos ou palavras, ela além de tudo caracterizava pensamentos e ideias, e não apenas as ideias faladas. Outro estudioso que deixou sua contribuição para a educação de surdos foi Ponce de Léon (1510-1584), um monge beneditino que se comunicava por meio de sinais devido a um voto de silêncio que teria feito na Espanha, o lugar onde ele nasceu. Ponce de León tinha no seu mosteiro dois surdos com os quais mantinha uma comunicação através da linguagem de sinais, além disso, León era conhecedor de muitas áreas das ciências, fez vários trabalhos e um dos mais importantes para o universo das pessoas surdas foi a descoberta de que os surdos eram seres humanos como os outros, sendo assim capacitados para realização de qualquer tipo de trabalho, pois eles também raciocinam.

Uma das contribuições mais importantes para os surdos foi a criação do alfabeto manual por Juan Pablo Bonet (1579-1633), o alfabeto manual criado por Bonet sugeria que cada letra do alfabeto fosse substituída por um símbolo visual. No século XVII surge uma importante figura muito representativa para o mundo dos surdos, Charles-Michel de L´Epée, o mesmo defendia que a utilização da língua de sinais e detrimento ao oralismo. O trabalho mais importante de Bonet é conhecido “A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos”, publicado em 1776, nele há inclusive o alfabeto manual que foi inventado por Bonet e algumas regras sintáticas.

No século XIX Thomas H. Gallaudet, junto com Laurent Clerc fundaram nos Estados Unidos a primeira escola para surdos, conhecida como “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas”. A criação dessa escola foi um salto relevante para a criação de mais escolas para surdos nos Estados Unidos.

Em se tratando de Brasil para entendermos o processo de iniciativas da Educação de Surdos primeiro faremos um brevíssimo apanhado histórico sobre o início da educação formal do nosso território e se tratando desta, ela teve início com a chegada dos primeiros padres jesuítas, em 1549, introduzindo uma etapa onde deixou marcas na civilização e cultura do país. Instigados por um claro anseio religioso de divulgação da fé cristã, porém somente a partir do período regencial é que podemos perceber o esforço maior para a implantação desta Educação de Surdos no Brasil, e este esforço data no ano de 1855 na regência de D. Pedro II, onde houve uma iniciativa por intermédio de um programa criado pelo francês Ernest Huet, o qual se caracterizava pela utilização do alfabeto manual e a Língua de Sinais francesa, porém apesar dos esforços e dos documentos apresentados por Huet sobre a importância da Educação dos Surdos o Brasil ainda não dispunha de escolas especiais que pudessem colocar em prática tal objetivo. (MORI; SANDER, 2015, p. 03)

Ainda no governo de D. Pedro II surge a primeira lei que regulamentou a Educação dos Surdos-Mudos e cria o Imperial Instituto do surdos-mudos, atualmente nomeado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), trata-se da lei 939, de 26 de setembro de 1857. A partir da lei 939 podemos perceber o começo de iniciativas para a educação das pessoas com necessidades especiais, posterior a isso acontecem outros fatos que

possibilitam um melhor entendimento da educação atual brasileira no que tange ao processo de inclusão de alunos, ao longo desse trabalho esses aspectos serão citados. (MORI; SANDER, p.09, 2015)

Outra data histórica relativa ao ensino de surdos aconteceu na Itália no ano de 1880 o qual ficou conhecida como o congresso de Milão, porém aqui as discussões feitas nesse congresso não trouxeram benefícios para o ensino das pessoas surdas, podemos perceber tais fatores na citação abaixo.

> Nessa ocasião ficou demonstrado que os surdos não tinham problemas fisiológicos em relação ao aparelho fonador e emissão da voz, fato esse do qual derivou a premissa básica: os surdos não têm problemas para falar. Baseando-se nessa premissa, a comunidade científica da época impôs que as línguas de sinais, ou linguagem gestual, conforme eram conhecidas, fossem definitivamente banidas das práticas educacionais e sociais dos surdos. Adotou-se o método de oralização.
>
> (BAALBAKI;CALDAS, 2011, P.01)

Podemos inferir que o congresso de Milão ocasionou em uma marginalização da Língua de Sinais em detrimento do oralismo, ou seja, o ensino seria baseado na oralidade, visto que segundo os intelectuais os surdos não tinham nada que os impedisse de falar.

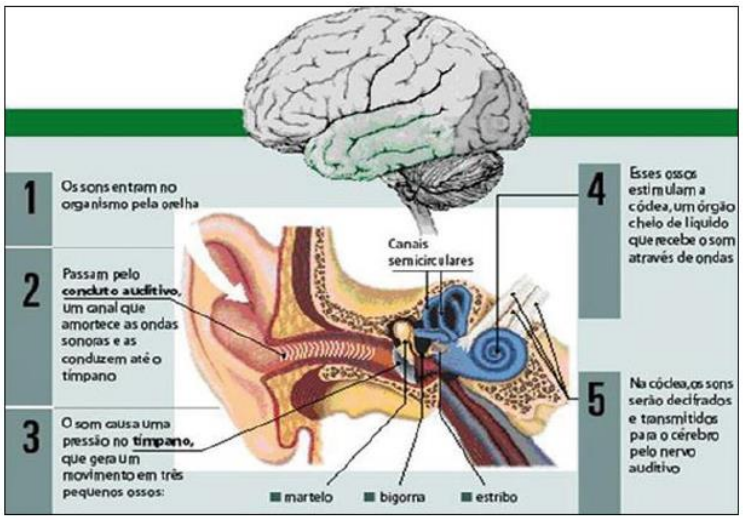
2.2 DIFERENÇA ENTRE DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ

Segundo o artigo 2° do decreto n° 5626 de 22 de dezembro de 2005 o conceito que se tem de surdo é da pessoa com perda parcial ou total da audição, esta pode ser de nascença ou causada posteriormente por doenças. De acordo com os estudos de Aragon e Santos (2015), o sistema auditivo humano é constituído em três partes (orelha externa, média e interna), estas partes trabalham em conjunto e nos permitem captar os sons externos. O processo auditivo se inicia com a captação das vibrações dos sons pela orelha

externa; esses sons são levados pelo pavilhão e pelo canal auditivo até chegar ao tímpano, que faz vibrar três pequenos ossos (martelo, bigorna e estribo). Essas vibrações chegam ao ouvido interno e fazem que o líquido presente na cóclea se mova; assim, sinais elétricos são emitidos por meio das extremidades dos nervos auditivos e enviados ao cérebro.

Observe a figura a seguir:

Figura 1: Sistema Auditivo



Fonte: Folha Online (2003, n.p.).

De acordo com o Ministério da Educação *"A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de surdez, de acordo com os diferentes graus de perda de audição" (MEC, 2006)*

Na figura 1 do sistema auditivo podemos perceber o esquema de como o sistema auditivo funciona e a partir desse desenho a chegada do som até a cóclea onde os sonos serão enfim decifrados e transmitidos para o cérebro, até esse processo final todo o esquema é um processo dividido em etapas , e ocasionalmente alterações no sistema auditivo podem gerar vários tipos de surdez, cada uma com características inerentes a sua peculiaridade, a exemplo disto podemos citar a surdez por condução, surdez neurossensorial, surdez mista e surdez central. Não iremos aqui explicar detalhadamente cada tipo de surdez, faremos apenas um breve resumo de cada uma delas.

Figura 2: Sistema Auditivo

Fonte: https://brasilescola.uol.com.br/fisica/a-audicao-humana.htm

A figura 2 nos ajudará a entender melhor os tipos de surdez

Surdez por condução: esse tipo de surdez acontece no ouvido externo ou médio, os quais tem como função a condução do som até o ouvido interno que é onde o som é decifrado e transmitido, ou seja, dentro da cóclea, porém nesse tipo de surdez o som não consegue chegar ao ouvido interno.

Surdez neurossensorial: a surdez neurossensorial ocorre quando há uma lesão no ouvido interno que impossibilita as células nervosas de levarem o estímulo do som do ouvido interno ao cérebro, impedindo assim a transmissão das mensagens sonoras até o cérebro.

Surdez mista: é o tipo de surdez onde ocorre a surdez por condução e a surdez neurossensorial simultaneamente, daí a relação ao nome “surdez mista”.

Surdez central: é basicamente causada por alterações relacionadas a compreensão da informação sonora, não propriamente sua ocorrência se deve ao ouvido ou as estruturas que fazem parte do sistema auditivo, por este motivo a surdez central é caracterizada como o tipo de surdez mais complexo que os demais tipos citados.

Já sabemos resumidamente como o sistema auditivo funciona, agora para identificarmos a perda auditiva de uma pessoa faz-se necessário que esta

se submeta ao exame audiológico realizado por um fonoaudiólogo o qual determina o seu grau de perda auditiva.

Abaixo fazemos um resumo da classificação do grau da perda auditiva de um indivíduo medido em decibéis.

MÉDIA TONAL	
Audição normal- **015 dB**	Consegue ouvir todos os sons da fala
Surdez leve- de **16 a 40 bB**	Nesse caso a pessoa pode apresentar dificuldade para ouvir o som do tic-tac do relógio, ou mesmo uma conversação silenciosa (cochicho)
Surdez moderada – **de 41 a 55 dB**	Com esse grau de perda auditiva a pessoa pode apresentar alguma dificuldade para ouvir uma voz fraca ou o canto de um pássaro.
Surdez acentuada – **de 56 a 70 dB**	Com esse grau de perda auditiva a pessoa poderá ter alguma dificuldade para ouvir uma conversação

Fonte: BRASIL, 2006.

2.3 AS LEIS CRIADAS PARA A INCLUSÃO

É notório que a articulação para o processo de inclusão brasileira dos alunos com necessidades especiais teve sua semente plantada desde o período de D. Pedro II, porém só depois de muito tempo essa articulação tornou-se mais abrangente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 e na década de 1990, quando durante o governo do presidente Fernando Collor de Melo, foi criada lei 8.069 de 13 de julho de 1990 conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é basicamente o código que garante os direitos das crianças e dos adolescentes que vivem no Brasil. Agora

tratando-se do caráter inclusivo relacionado a educação quando nos deportamos as leis do ECA o artigo 54 é o que promulga essa ideia quando expressa que:

> **Art.54.** É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
> III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. (BRASIL, 1990, p. 20)

Basicamente o que os incisos III e IV do artigo 54 do ECA propõem que cabe ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente com necessidades especiais uma educação especializada e para tal objetivo as escolas devem estar preparadas para atender este público, e se caracterizando como uma lei de inclusão, a escola não deverá apresentar nenhum tipo de discriminação para com os estudantes com necessidades especiais ou para com qualquer outro discente.

Posteriormente a lei 8069 foram criadas outras leis nacionais que também objetivam a inclusão, porém por questões de ordem cronológica as citaremos adiante, pois faz-se necessário mencionar que também houveram conferências de cunho internacional direcionadas à ampliação do acesso e qualificação da educação.

A declaração de Jomtien que ocorreu em 1990 na Tailândia foi um marco inicial para o comprometimento com a educação, pois os países participantes foram estimulados a criar um plano decenal com metas referentes a educação e também através do mesmo analisarem o desenvolvimento da mesma e assim poderiam criar parâmetros curriculares que os auxiliassem a galgar estancias mais elevadas para o ensino e aprendizagem dos alunos, além desses aspectos, outros elementos de teor social e econômico foram postos em pauta na declaração de Jomtien, como por exemplo o direito à educação para todos. (UNESCO, 1990)

Outro marco de suma importância para ratificação das propostas sugeridas em Jomtien, especificando o tema da Educação Inclusiva ocorreu em Salamanca, na Espanha no ano de 1994, onde foi elaborado um documento que visava promover a inclusão social a partir de diretrizes básicas (UNESCO,1994) para a criação e reestruturação de políticas que objetivassem

a inclusão social, atrelado a estas políticas estariam também incluídos os sistemas educacionais.

Conforme, estabelecido na conhecida Declaração de Salamanca, (UNESCO, 1994), a proposta de Educação inclusiva parte do princípio de que as escolas devem “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, culturais ou outras”. A Declaração de Salamanca foi um pontapé relevante no que refere-se a inclusão social. Podemos esclarecer mais esses argumentos segundo as palavras de Menezes e Santos.

> A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distante de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja. (MENEZES; SANTOS 2001, p. 20)

Notoriamente a declaração de Salamanca teve um marco histórico de suma importância no que diz respeito ao processo de inclusão social da criança com necessidades especiais no sistema educacional, com esse documento a educação especial voltada para as crianças com essas necessidades especiais pôde ter um respaldo maior e posteriormente como explicitaremos ao decorrer desse trabalho mecanismos e didáticas voltadas para esse tipo de educação.

A saber, a educação especial consiste basicamente no uso de técnicas e ferramentas didáticas específicas voltadas para o atendimento de crianças com limitações físicas ou cognitivas.

2.3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO DE LIBRAS

A legislação a respeito da Libras foi se consolidando de maneira mais evidente a partir do século XXI. Podemos considerar que essa consolidação se fez mais presente a partir da implantação da Lei 10.436, que especificava os

princípios norteadores da Língua Brasileira de Sinais como uma outra forma de comunicação no âmbito do contexto brasileiro, afinal a ela estavam atrelados não apenas a forma de comunicação entre uma grande parcela da comunidade brasileira, que até então era marginalizada de uma forma oficial de comunicação, mas uma maneira de trabalhar e aplicar a cidadania sem que o discurso de inclusão fosse mero palavrório sem sentido. Assim sendo, o advento da lei 10.436 com seus cinco artigos que delineiam a presença da Língua Brasileira de Sinais se evidenciam como uma forma de expressão da cidadania.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva no dia 22 de dezembro de 2005 foi criado o decreto 5.626 da Lei de Libras, a qual institui várias atribuições educacionais com respeito a Língua Brasileira de Sinais. Para fins objetivos nos remeteremos apenas aos artigos mais relevantes para o desenvolvimento deste trabalho. O artigo 2° define basicamente que o surdo se caracteriza pela pessoa que necessita interagir por meio da comunicação espaço visual devido a sua perda auditiva e para isso o mesmo utiliza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e consequentemente por intermédio dela nas suas interações com os demais, sendo estes ouvintes ou surdos, acaba manifestando a cultura de sua comunidade surda por meio da LIBRAS.

2.4. LINGUAGEM DE SINAIS OU LÍNGUA DE SINAIS?

Para entendermos os atuais métodos de ensino voltado para as pessoas surdas precisaremos conceituar os principais técnicas utilizadas para esse objetivo, porém anterior a isso devemos entender o conceito de linguagem e língua e traçar um histórico sobre a concepção dos mesmos e sua utilização nos métodos vigentes.

Sabemos que o ser humano é a espécie animal que possui uma característica muito peculiar sua, a capacidade da linguagem, porém para entendermos esse conceito faz-se necessário explicitar que o termo língua que por vezes acaba sendo equivocadamente confundido com o termo linguagem necessita de uma diferenciação conceitual.

A linguagem está relacionada com a capacidade que o ser humano tem em comunicar-se com outros de sua espécie e expressar por meio dela seus

sentimentos, opiniões, anseios etc. Goldfield (1997) conceitua bem o termo linguagem quando afirma:

> O termo linguagem tem o sentido bastante amplo, linguagem é tudo que envolve significação, que tem um valor semiótico e não se restringe a uma forma de comunicação. É pela linguagem que se constitui o pensamento do indivíduo. Assim, a linguagem está sempre presente no sujeito, mesmo nos momentos em que este não está-se comunicando com outras pessoas. A linguagem constitui o sujeito, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio (GOLDFIELD 1997, p.19)

O vocábulo língua é comumente confundido com o de linguagem, mas o que difere um do outro seria justamente que a palavra língua significa segundo BOGAS[1] *"um conjunto organizado de sons e gestos que um grupo usa para se comunicar, um sistema que possui uma estrutura e regras próprias"*. A língua é oriunda de uma sociedade onde os seres humanos a desenvolveram com o objetivo de comunicação. Existem vários tipos de línguas em todo mundo; cada uma com sua peculiaridade (português, espanhol, inglês, alemão, etc.) estas podem ser manifestadas de maneira oral ou gestual, como no caso do Brasil a linguagem a partir de gestos é conhecida como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para exemplificar mais onde queremos chegar definindo resumidamente ambos os conceitos daremos um exemplo bem simples: um brasileiro decide aprender o espanhol, por exemplo, e para tal objetivo no início de sua aprendizagem necessita dos conhecimentos em sua língua materna, que seria precisamente a língua que aprendeu no seu convívio familiar e essa é também a língua utilizada pelas outras pessoas, no meio social onde ele vive, nas instituições formais de ensino onde ele aprendeu a ler e escrever e nos demais órgãos que compõem a sociedade onde ele está inserido, a denominaremos de L1 e diremos que esse indivíduo não conhece outra língua que não seja esta e para fins de simplificação denominaremos sua língua alvo, no caso o espanhol de L2.

Não entraremos aqui em discussões linguísticas sobre: língua materna, L1 e L2, pois este não é o objetivo desse trabalho, as argumentações utilizadas até o momento são para torna-lo o mais compreensível possível a fim de

[1] Disponível em:http:// blog.handtalk.me/linguagem-de-sinais/

explicitarmos de maneira simples nossas ideias. Agora digamos que uma criança filha de pais surdos que utilizam a LIBRAS para comunicar-se iniciou sua educação formal em uma escola onde o processo de aprendizagem utiliza a linguagem oral (língua oral nativa brasileira) como método de ensino se valendo da língua portuguesa para tal fim, neste caso a língua aprendida em casa com seus familiares será a L1, já a língua a ser aprendida na escola será sua L2.

Outro equívoco comum entre as pessoas é confundir a Língua de Sinais com linguagem de sinais, costumam usar os vocábulos como se fossem sinônimos sendo que o segundo termo citado aqui não está correto, tomando em consideração que ambos os conceitos foram resumidamente esclarecidos em parágrafos anteriores no desenvolvimento deste trabalho. Podemos inferir a partir dos conceito de língua que a LIBRAS constitui-se uma Língua de Sinais com estrutura gramatical própria, um sistema linguístico da natureza e também é caracterizado pela sinalização das mãos e expressões faciais para a comunicação de pessoas pertencentes a comunidade surda brasileira.

2.5 MODELOS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Vivemos em uma sociedade altamente oral, onde o uso da palavra falada é predominante e em consequência disso nas escolas públicas e privadas normalmente a instruções dos conteúdos curriculares se dão através da oralidade, mas em se tratando da educação das pessoas surdas existem duas modalidades de ensino que visam a aprendizagem das mesmas, estes modelos educacionais de ensino denominam-se: oralismo, comunicação total, bilinguismo, pedagogia do surdo e mediação intercultural.

Para entendermos e conceituarmos esses modelos educacionais e conceituarmos cada um deles nos remeteremos antes ao congresso de Milão que ocorreu no séc. XVIII, entre os dias 6 a 11 de setembro de 1880 na Itália, nesse congresso foram discutidas práticas de ensino voltadas para os surdos e infelizmente as práticas que utilizavam a Língua de Sinais ficaram à mercê de uma votação onde a maioria das pessoas eram a favor do oralismo como prática de ensino. Segundo afirma Skliar (2005a) O congresso de Milão

caracterizou-se não no pontapé inicial para o princípio do oralismo e sim para sua total legitimação oficial. Constituiu-se ainda em um marco histórico que solidificou a supremacia do ouvir e falar, e que desdobrou em uma série de reformulações nas estruturas, nos currículos e nas metodologias de várias instituições. Tendo em relevância que essa modalidade de ensino já vinha opondo-se ferrenhamente contra a modalidade gestual de ensino das pessoas surdas; e contrariando as abordagens que defendiam os gestos (Língua de Sinais) como mecanismo primordial para o ensino das pessoas surdas a filosofia oralista trata-se basicamente de uma modalidade de ensino que pretende promover a integração do alunado surdo na comunidade de ouvintes por intermédio de práticas orais.

Ainda de acordo com os pressupostos de Skilar (2005a) a Língua de Sinais era considerada por alguns filosóficos como sinônimo de obscuridade de pensamento: a razão só seria acessível pelo domínio da palavra falada, de acordo com as bases aristotélicas já citadas no início deste trabalho. A Língua de Sinas denominada de linguagem mímica, como conceituavam alguns estudiosos, estava inteiramente ligada à praticas primitivas segundo eles, pois para os mesmos ela estava diretamente atrelada ao rude, a um meio de comunicação precário e restrito. Dessa forma as formas manuais de comunicação estariam sob essa compreensão, muito abaixo da complexidade e das possiblidades da língua oral.

Alguns estudiosos não apenas consideravam a Língua de Sinais como uma prática precária eles também acreditavam que essa prática por sua vez caracterizava-se como um dano a aprendizagem da fala para os surdos. O congresso de Milão foi composto por 170 educadores de diversos países em sua maioria ouvintes (os que não utilizam a Língua de Sinais para comunicação, pois estão aptos a se comunicar oralmente), talvez a isso possamos atribuir a votação dos membros pela legitimação da prática do oralismo em detrimento da Língua de Sinais visto que anos antes da conferência o oralismo já vinha majoritariamente, como já nos referimos anteriormente, opondo-se de forma relevante ante a linguagem mimica.

Fora todas essas questões já citadas faz-se necessário mencionarmos que atrelado a esse pensamento temos ainda a questão política, tendo em vista que existiam novas demandas para o extermínio de dialetos que

constituíam uma determinada comunidade com o intuito de favorecer a unificação pela qual passava algumas regiões da Europa, como por exemplo as regiões da Itália e Alemanha, nesse caso torna-se fácil compreender o porquê da superioridade do sistema educacional oral frente ao gestual, já que as línguas majoritárias constituíam-se como as protagonistas em se tratando de meios de identificação e de afirmação para a unificação de determinada região, ou seja o reforço e aprendizagem do meio pelo qual determinada região se caracterizava, no caso a língua falada, era necessário para promover a unificação do Estados-nações.

É necessário esclarecer que somente o uso da língua oral no ensino e aprendizagem da criança surda não é suficiente para garantir o aprendizado dessas crianças nem garante também uma comunicação totalmente eficaz, ainda mais quando a mesma está apenas iniciando sua vida escolar e suas interações sociais com as demais pessoas que a cercam. Os pressupostos de Svartholm nos dizem que:

> Para qualquer criança, ouvinte ou surda, a língua é alguma coisa usada – e adquirida – em contextos sociais, servindo a uma necessidade imediata de comunicação. A fala e a leitura labial para a criança não servem como veículo de comunicação, pois os fragmentos percebidos pela criança via visão e sensação auditiva, se for o caso podem não representar a linguagem para a criança. Os movimentos dos lábios podem ser entendidos pela criança pequena como um tipo de comportamento comunicativo, mas certamente, como um tipo de comportamento estranho e enigmático. A forma escrita, por outro lado, é completamente percebida visualmente pela criança surda, mas não como uma linguagem real, não pela criança. Não é uma forma usada na interação social; não há relação com o contexto imediato para o entendimento do seu conteúdo. A língua escrita em sim não comunica nada a criança. (SVARTHOLM,1994, p.64 *apud* QUADROS,1997 p.88)

Como podemos perceber no fragmento dos pressuposto acima, a linguagem escrita é uma linguagem visual percebida pela criança, porém esta não é caracterizada como uma linguagem real pela a criança, visto que para a sua comunicação em suas inteirações sociais a mesma necessita de uma linguagem que a possibilite entender e ser compreendida pelo outro, e o processo de alfabetização e letramento na aprendizagem de crianças nas séries inicias nem sempre é realizado a um curto prazo, ainda mais em se tratando de crianças surdas que não dispõem da articulação da fala para sua comunicação oral dificultando mais ainda seu aprendizado em uma sociedade

onde predomina o uso da oralidade como mecanismo de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares nas instituições formais de ensino.

ORALISMO

De acordo com Perlim; Strobel (2008) a modalidade oralista se baseia modalidade oralista baseia-se na crença de que ela é a única forma satisfatória para a comunicação dos indivíduos surdos e que a língua de sinais deve ser evitada de todas as formas, pois o uso da mesma de comunicação para o sujeito surdo, e a língua de sinais deve ser evitada a todo custo porque dificulta no desenvolvimento da oralização.

COMUNICAÇÃO TOTAL

A comunicação total é uma metodologia de ensino desenvolvida na década de 60, essa metodologia utiliza a língua de sinais e o oralismo simultaneamente objetivando assim a comunicação. Segundo os postulados de Denton apud Freeman, Carbin, Boese (1999), a comunicação total abrange todo tipo linguístico de comunicação, podemos observar isso na citação baixo que diz:

> A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos linguísticos: gestos criados pelas crianças, língua de sinais, fala, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita. A comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura oro-facial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo (p.1710

BILINGUISMO

Por educação bilíngue define-se a aprendizagem onde se faz uso da Língua de Sinais como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda língua, nesse caso a primeira língua (LIBRAS) serviria para dá suporte ao ensino da segunda língua (português). Esta modalidade surgiu em 1980.

O artigo 22 do decreto n° 5626 de 22 de dezembro de 2005, ressalta que:

> Art.22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:
>
> I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
>
> II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.
>
> § 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005)

A educação bilíngue citada pelo decreto 5626/2005 é aquela utilizada pelas escolas na qual deve atingir todos os níveis de escolaridade (da educação infantil ao nível superior), onde coexistam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, essa educação seria a ideal para o ensino e aprendizagem de alunos surdos ou com deficiência auditiva e também de alunos ouvintes, porém veremos mais adiante no questionário realizado em uma escola pública a realidade dessa educação.

PEDAGOGIA DO SURDO

Essa modalidade de ensino baseia-se na diferença e na identidade da pessoa surda, podemos perceber mais claramente as ideias propostas por essa modalidade na citação abaixo que afirma que:

> Esta modalidade oferece fundamento para a educação dos surdos a partir de uma visão em uma filosofia invariável hoje. Em que a educação dá-se no momento em que o surdo é colocado em contato com sua diferença para que aconteça a subjetivação e as trocas culturais.
>
> A modalidade da ‘diferença’ se fundamenta na subjetivação cultural. Ele surge no momento que os surdos atingem sua identidade, através da diferença cultural, surge no espaço pós-colonial. Neste espaço não há mais há sujeição ao que é do ouvinte, não ocorre a hibridação, ocorre a aprendizagem nativa própria do surdo. (PERLIN;STROBEL, 2008,p. 19)

Basicamente a pedagogia do surdo baseia-se na identificação do surdo e através de suas diferenças o mesmo pode a partir daí constituísse como protagonista de sua aprendizagem, visto que a partir do reconhecimento de sua identidade ele pode aprender a língua que é peculiar a comunidade surda.

MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

A mediação cultural é um procedimento que não recusa a cultura do ouvinte, ela parte justamente do ponto de que a diferença cultural entre surdos e ouvintes serve como método para a afirmação do surdo na cultura intrínseca a ele, nesse sentido o surdo é o protagonista da sua própria identidade dentro da sociedade na qual está inserido.

> Nesse procedimento o processo inverte a regulação. Não é mais o ouvinte que regula o surdo, não é o anômalo, ou o surdo é excluído na sua inferioridade. É a cultura surda que regula o surdo em direção a seu ser diferente e a sua defesa diante daquilo que chamo de práticas discriminatórias que mapeiam populações sobre marcas visíveis e transparentes de poder que as mantém na subalternidade. (PERLIN;STROBEL, 2008,p. 19)

3 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Neste capítulo, o objetivo será discutir os elementos de proposição teórica feitos ao longo dessa pesquisa dentro de um panorama analítico que visa discutir a experiência de nossa análise de campo de acordo com aquilo que pretendemos como objetivo para o trabalho que é justamente entender como as políticas públicas, a legislação, a história e a própria concepção de ensino-aprendizagem no âmbito da educação de surdos, podem facilitar na compreensão dos espaços escolares tendo como foco a análise de um espaço real como representação de vários espaços que tal e qual o lugar de foco de nossa pesquisa também evidenciam as problemáticas e as possíveis soluções para o grande enfrentamento que propomos nesse trabalho que é buscar estratégias para melhorar e sanar as dificuldades que os professores enfrentam nas salas de aula com relação aos alunos surdos.

Para tal, propomos aqui então traçar um painel analítico do questionário que foi aplicado no âmbito de nossa pesquisa. Neste caso nossa

análise se baseará num questionário aplicado a um professor da rede municipal de ensino e deverá nortear algumas considerações sobre nossa perspectiva de trabalho. Antes de iniciar de fato nossa análise, proponho aqui algumas considerações relevantes no que diz respeito ao uso do questionário para fins de propor um diálogo entre a realidade a ser observada e os parâmetros teóricos que toda pesquisa contem. Elaborar um questionário requer do pesquisador seguir determinadas regras de confiabilidade. Entre elas destacamos: relevância, balanceamento correto de dados, pequeno e de fácil preenchimento, questões acessíveis aos respondentes, evitar ambiguidades. No caso do questionário em questão que utilizamos para esta pesquisa, além dos elementos elencados anteriormente, propomos uma dinâmica onde o respondente, no caso aqui nomeado como Professor Raimundinho, teve total liberdade para sentir-se cômodo com as questões que ensejavam suas respostas e vivências na forma escrita, alternando entre questões abertas e mais subjetivas como algumas questões em que inserimos opções, mas sempre deixando o espaço para uma anotação de cunho específico, posto que um dos objetivos dessa aplicação analítica a partir do uso do questionário, era compreender as razões, o olhar e as particularidades do cidadão professor que está imerso no ambiente de formação de um aluno surdo. Daí nossa perspectiva de refletir sobre suas crenças e experiência levando em conta todo o contexto de sua formação e vivência.

Tendo como formação acadêmica uma graduação em filosofia, e também formou-se pelo magistério, o professor de 57 anos de idade, sexo masculino, lotado como professor efetivo da Rede Municipal de Ensino do município de Castanhal, com a carga horária total de 40 horas, 20 delas dedicadas ao ensino em turmas com aluno surdo, sendo que sua experiência de apenas um ano com esse grupo de alunos evidencia muito sobre suas dificuldades tanto as declaradas para a pesquisa como para as que observamos em aula no Estágio Supervisionado. No questionário, quando solicitamos informações sobre a formação, um dos elementos que nos chamou a atenção não foi propriamente a resposta, mas sim a disparidade entre as formações acadêmicas. Seu ensino no magistério sendo finalizado em 1985 e a graduação na área da filosofia em 2015, evidenciam a disparidade e a descontinuidade de formação no que concerne a formação continuada, pois 30

anos entre as duas formações deixa evidente quanto as vezes o professor carece de um vínculo mais efetivo com as formações.

Essa informação confirma a outra disparidade observada: a formação na área de Libras. Destacamos aqui a resposta do Professor ao seguinte questionamento? De que forma cada um do(s) curso(s) acima que você realizou, contribuiu para sua atuação cm alunos surdos? “no curso de filosofia, fiz um semestre de formação em Libras”. A resposta em si não revela a disparidade, mas denuncia indiretamente a formação do professor, pois revela uma formação deficitária para uma atuação com alunos surdos. Ainda que tenhamos um aluno em sala (e isso não diminui nossa responsabilidade como professor), a formação em Libras deve prezar pela continuidade, afinal não só a prática cotidiana deve permear nossa formação, mas a própria continuidade de nossa formação. Assim sendo, ainda que tenha se preparado na sua formação para o ano que teve de experiência em sala de aula com alunos surdos, o professor sofreu justamente pelo pouco caso que se tem com nossa formação já que como observado no trabalho, muitas vezes a legislação se restringe ao teórico.

Passando para outro dado interessante de nossa pesquisa, vemos que além da disparidade, o professor não teve, de acordo com os questionamentos de nosso questionário, uma formação no âmbito da pós-graduação e tampouco na área de libras com a participação em um curso específico, é o que revela a resposta à pergunta que vem em seguida: Você fez algum curso de formação específico na área para trabalhar com alunos surdos? Professor: Não. A respeito dessa negativa, o dado esclarece de alguma maneira o pouco caso dado ao uso da Libras no âmbito escolar, pois mesmo após a experiência de um ano em contato com esse grupo de alunos, o professor não buscou uma formação que lhe ampliasse o horizonte sobre esse tema, o que ocasionou e ocasiona o trato dado aos alunos surdos. Podemos inferir ainda que o ideal de escola bilíngue está muito aquém desta realidade, aja vista que a única disciplina de Libras onde o professor teve conhecimento na sua graduação não foi e nem é suficiente para que o mesmo possa manter um diálogo com seu aluno surdo.

Outra negativa confirma esse interesse do professor por uma formação na área em que ele atua. A pergunta sobre a participação do professor em

outras atividades de formação. O *não* do respondente, nos faz refletir o seguinte: Como estimular o professor a perceber a necessidade urgente de sua constante formação? E não se trata aqui de julgar o professor de uma maneira leviana, mas sim observar que às negativas, há um sentido de despreocupação com a própria formação, posto que ainda que carente, o sistema educacional proporciona a formação continuada de nossos docentes.

Sobre buscar informações sobre o surdo em outras fontes o professor respondente afirma que busca em sites, sendo que outras opções se mantiveram desmarcadas. Sobre esta questão refletimos que em tempos de muitas informações digitais (meios digitais) eclipsam o valor que os estudos acadêmicos têm na formação. E me arrisco a dizer que essa questão está também atrelada ao pouco valor dado ao livro enquanto objeto de leitura e pesquisa.

Na questão que versa sobre formações continuadas na área de pessoas surdas, o *sim* dado à pergunta: Você gostaria de realizar formação na área de pessoas surdas e o não preenchimento do tópico em seguida que estava atrelado ao *Sim* da questão anterior apresentando um quadro com tema, dia da semana e período, nos faz refletir sobre o tempo disponível para o professor e sua formação. Será que o sistema educacional da forma como está pode proporcionar estimulo ao professor para essas formações? Será que não estamos alimentando esses vícios que estão enraizados na nossa cultura de pensar o pouco caso do professor e o pouco caso do poder público? E essas contradições se tornam mais patentes como se observa na pergunta que questiona*:* De que forma essa(s) formação (ões) iriam contribuir para a sua atuação com os alunos surdos? O professor responde desse modo: “infelizmente não há possibilidade, não tenho tempo disponível na semana**.**” Essa resposta, fora dos objetivos da pergunta, revela talvez o sentido de “desnecessidade” da formação na área da pessoa surda por parte do professor, posto que esta inferência se dá pela forma como o professor responde outra coisa no lugar do que deveria ser respondido.

É interessante destacar uma série de questões de marcar sobre: O uso da Língua Brasileira de Sinais (não); Você já fez curso de Libras? “um semestre”; Você tem ou já teve contato com pessoa surda? “sim”. Quais as opções você utiliza ao ministrar uma aula em uma turma que tenha uma

pessoa surda? o professor, não marca nenhuma opção nominal, apenas a opção “Outros” e escreve: “me parece que a entrevista não era para mim (trabalho com uma professora auxiliar).**”** Essa informação, que aparece assim, de maneira surpreendente para mim como organizadora do questionário, revel a meu ver a impaciência do professor, posto que antes essa informação me foi omitida.

Algumas questões ficaram em branco. E sobre a questão da qualificação do professor e como a falta dela pode prejudicar o aprendizado do aluno surdo, o professor entrevistado revela então a seguinte resposta que não consigo compreender de maneira tão clara: “felizmente tenho uma pessoa qualificada, por isso que é possível trabalhar e se fazer ser entendido satisfatoriamente.”

O professor responde também sobre a importância da Libras nas escolas: **“**sem as Libras não teríamos como ser entendidos pelos alunos surdos”; Chama a atenção o que fala o professor sob*re* a Língua de Sinais não ser como a de ouvinte e que mesmo com o professor auxiliar em sala é preciso dominar alguns dados da Libras pelo professor titular. Essa resposta esclarece a necessidade de uma formação para todos os professores, e não para um número especifico de profissionais. Esta fala representa a necessidade de que todos que trabalhamos com a formação cidadã, com alunos, devemos estar preparados para este aluno que, mais que ser surdo, é um cidadão como outro. Inclusive a este respeito, é interessante notar nas questões seguintes a fala pontual do professor que deve ilustrar esse sentido de inclusão em seu aspecto mais importante.

O professor entrevistado responde sobre a importância da formação de Libras para todos os professores, e em seguida, de como é feita essa inclusão do aluno: “auxiliado pelo intérprete”**,** o entrevistado diz sobre o conceito de inclusão: “que os alunos puder participar e se socializar com os demais alunos e conseguir avançar no ensino aprendizagem.” Observem a seguinte resposta que já direciona para o caso específico de um aluno em sua sala:

> no caso do aluno que está na minha sala, ele frequenta como os demais e não tem tratamento diferenciado a não ser o intérprete que o acompanha, ele chega ao 5º ano cursando as séries normais e fazendo prova junto com os outros alunos”. (PROFESSOR RAIMUNDINHO, 2018)

Primeiro o professor versa sobre essa formação a todos os professores, em seguida afirma que a inclusão desse aluno é feita através do auxílio do intérprete, como se somente isso fosse condição necessária para a inclusão, conceito bem mais abrangente que esta simplificação. Em outra questão o entrevistado afirma sobre a importância da ressocialização e da participação para um avanço do aluno, mas o ápice da contradição a nosso ver, é quando o professor afirma que não há tratamento diferenciado para o referido aluno de sua turma, mas ao usar termos como “cursando as séries normais” podemos perceber como é difusa e ambígua a noção de inclusão para o professor, posto que ele se contradiz muito ao se referir ao espaço de sua experiência como professor de aluno surdo. Ou seja, nesta etapa da entrevista, confirmamos muito dessa contradição que carrega o professor para a sala de aula onde há um aluno surdo. Conceitos como “normalidade”, “inclusão”, “ressocialização” e o papel do interprete inclusive, são mencionados de maneira equívoca.

Para esta questão o professor se diz incapaz de dar uma aula “a contento” sem o auxiliar, afirmando ao fim da mesma, sobre a importância de formação do professor em Libras, bem como a impossibilidade de dar aula sem o uso da Língua Brasileira de Sinais.

E na última questão, o Professor fala da importância dos intérpretes e auxiliares, sobre o fato de que os professores “não estejamos prontos” e sobre o fato de, na UFPA, haver nas licenciaturas a disciplina que ajuda nessa empreitada de incluir a Libras na formação do professor da rede regular de ensino e ao final, a tendência a reafirmar a precariedade do sistema atual sobre o tema se faz muito importante, pois denuncia nossa incapacidade de incluir políticas públicas reais para alunos surdos reais que sentem na pele a exclusão dupla de estarem num espaço marginalizado (a escola pública) e serem marginalizado (no espaço interno da sala de aula) pela não inclusão de uma política educacional eficaz, inclusiva e humana, acima de tudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise dos dados recolhidos e das observações feitas a partir da investigação teórica, foi possível analisar o corpo analítico deste

trabalho à luz de algumas considerações que julgamos ser fundamental para a discussão do tema da pessoa surda e os processos de ensino aprendizagem para sua formação enquanto cidadão. Uma de nossas primeiras observações, tecidas como forma de evidenciar o resultado da pesquisa, diz respeito ao caráter de urgência que deve ser dado ao papel da formação do professor na área de Libras, pois como podemos observar pela análise das respostas dadas pelo professor, é condição primeira para formação da pessoa surda, que os professores tenham um mínimo de formação para exercer com fidelidade o papel que lhes cabe que é o de ensinar, posto que se em um grupo de alunos, um deles represente essa parcela de excluídos que aqui definimos como a pessoa surda, o professor estará condenado a repetir os fenômenos de desigualdades que mantém essa sociedade.

Outro ponto que devemos considerar para refletir sobre este quadro é a dimensão limitada que se dá aos processos de formação, em especial por parte do professor, pois ainda que já tenha passado por cursos e orientações pedagógicas no campo da Libras, é necessário uma formação constante e continuada, pois como qualquer campo da educação, a Libras também se reconstrói como sistema de formação para o ato comunicativo da pessoa surda. Sobre o papel do aluno neste processo, é interessante observar a partir de nossa análise que o mesmo deve ser pensado como parte inerente do processo de inclusão, mas não no sentido de uma inclusão quantitativa, afinal ainda que as políticas públicas tenham se multiplicado na forma de leis, muito ainda se deve a este setor da sociedade que vive marginalizado dentro de um sistema já marginalizado. Nessa linha de reflexão, é importante salientar que, mais que implantar políticas públicas para a pessoa surda no espaço social e escolar, devemos pensar na solidificação das mesmas num sistema educacional que vive a beira do colapso pelas particularidades de outros problemas inerentes a construção da igualdade em nosso meio.

O relato do professor foi pontual no sentido de ser ao mesmo tempo uma voz isolada em meio a um sistema de repetições de desigualdades, como também uma voz coletiva que reitera o pedido de socorro do mesmo e a realidade cruel que lhe circunda, afinal, o professor do relato, evidencia a voz dos muitos brasileiros que, nas milhares salas de aulas deste país, não conseguem ouvir o silêncio da pessoa surda, que marginalizada pelo sistema

educacional, se vê amparada por leis frágeis que estão condenadas a serem políticas públicas feitas tão-somente de papel e não de prática.

E para sublinhar outros aspectos resultantes de nossa análise faz-se necessário tecer considerações sobre o reconhecimento da pessoa surda em nosso espaço social, posto que até as nomenclaturas que muitas vezes nos confundem podem reproduzir equívocos que mantém a pessoa surda marginalizada, nesse sentido se acentua nosso papel enquanto educador, afinal, somos porta-vozes e mediadores de milhares de alunos surdos que se mantêm calados, por sentirem-se excluídos pelo simples fato de que saber nomeá-los é tão difícil para nós quanto saber reconhecer a pessoa surda e seu silêncio ante um professor que, muitas vezes, lhe escuta, mas não sabe o que responder, afinal, a comunicação, como sentido primeiro de qualquer processo de aprendizagem, deve nortear o aprendizado, e não silêncio de uma resposta que ecoou solitária tal e qual o aluno surdo que não foi ouvido, apenas observado sentado em uma sala de aula, numa escola na periferia de Castanhal.

REFERÊNCIAS

ARAGON, Carmelina Aparecida SANTOS, Isabela Bagliotti. Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização, PP. 119-139. In: Educação : revista científica do Claretiano - Centro Universitário – v.5, n.2 (jul./dez. 2015) -. – Batatais, SP : Claretiano, 2015.

BENEDETTO, Lais dos Santos Di; SANTOS, Daniele Aparecida do Nascimento do; Schulnzen, Elisa Tomoe Moriya. História das pessoas surdas: da exclusão á politica Brasileira Atual. 2012.

BOGAS, João Vítor. Porque você não deve falar linguagem de sinais. Disponível em: http:// blog.handtalk.me/linguagem-de-sinais/

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas/ Paula Botelho. – 4.ed.- 1.reimp. – Belo Horizonte : Autentica Editora, 2015.

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

CALDAS, Beatriz; BAALBAKI, Angela. Impacto do Congresso de Milão sobre a Lingua dos Sinais. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Lei de LIBRAS nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” Disponível em: <http: /portal. mec.gov.br/Seeesp- Portal Seesp>.Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Lei de LIBRAS nº 5.626, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5626.

<http:/www.educabrasil.com.br/download/ > Acesso em: 04 de março de 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento ás necessidades educacionais especiais de alunos surdos,[2.ed.].Brasilia, 2006.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n°9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*: razões, princípios

_____. Ministério da Educação. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. ECA8.069, de 13 de julho de 1990. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

_____. Ministério Público Federal. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino*. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs.). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

CONGRESSO DE MILÃO. In: MOURA, M.C**. O surdo:** caminhos para uma Nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

GLAT, Rosana - Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. Publicado em: LONGHINI, M. D. (Org.). *O uno e o diverso na Educação*. Uberlândia: EDUFU, p. 75-92, 2011.

GOLDFELD, M. *A criança surda:* linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

https://brasilescola.uol.com.br/fisica/a-audicao-humana.htm

http://sociedaderacionalista.org/2011/11/01/discussao-sobre-as-vantagens-e-desvantagens-das-abordagens-qualitativas-e-quantitativas

https://pt.scribd.com/doc/163470299/pre-projeto-para-educacao-especial

LIMA, Lisete. História da Educação de Surdos no Mundo.2012.Disponível em: http://lisete-lima.blogspot.com.br/2012/05/historia-da-educacao-de-surdos-no-mundo.html?m=1. Acesso em: 22 de maio de 2017.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. SANDER, Ricardo Ernani. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete download. Dicionário Interativo da Eduacação Brasileira – Eduacabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. Fundamentos da educação de surdos. Florianópolis, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem / Ronice Muller de Quadros. – Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, Carlos. *A educação para surdos entre a pedagogia especial e as políticas para as diferenças:* desafios e possibilidades na educação bilíngue para surdos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 1998.

SKLIAR, Carlos. Os Estudos Surdos em Educação:Problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (Orgs.). A surdez – um olhar das minorias sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação,2005a. p7-32.

SVARTHOLM, Kristina. Bilinguismo dos surdos. *In*: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. 2.v.Porto Alegre: Mediação, 1999. P.15-24.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

PÁGINA 01

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado Professor(a):

Viemos convidá-lo (a) a participar da pesquisa intitulada *O processo de ensino/aprendizagem de alunos surdos,* que tem como objetivo compreender as dificuldades encontradas pelo professor e também pelo aluno da escola comum, nesse processo.

A participação é voluntária. Caso você aceite participar, solicitamos que responda ao questionário em anexo, devolvendo em seguida para pesquisadora e que autorize a utilização desse material para a pesquisa. Esses procedimentos, a princípio, não trazem riscos ou desconfortos, uma vez que somente aborda temas referentes à sua formação. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa.

Sigilo absoluto. A escola, os professores e os alunos terão suas identidades preservadas, apenas os envolvidos na pesquisa terão acesso aos questionários coletados e somente os resultados de suas análises serão utilizados em congressos, atividades científicas e acadêmicas.

Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos com a pesquisadora Francinea Da Silva Pereira (91-988664979) e Professor Rubens Faro (91-81896806).

Eu, professor(a) _____, considero-me informado(a) sobre a pesquisa e aceito participar da mesma, consentindo que a coleta de dados seja realizada por meio da aplicação de questionário e que as respostas sejam utilizados para análises e discussões de trabalhos acadêmicos e científicos.

Castanhal, 03 / 04 / 2018.

Antonio F. S. Souza
Assinatura do entrevistado

Francinea da S. Pereira
Assinatura da pesquisadora

PÁGINA 02

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR DE ALUNO SURDO

I – Identificação

1. Sexo: ( ) FEMININO (X) MASCULINO

2. Idade: 57 anos

3. Município: Castanhal

4. Você é professor vinculado a qual instituição?
(X) Secretaria Municipal de Educação ( ) Secretaria Estadual de Educação

II – Trajetória profissional

5. Há quanto tempo exerce a docência? 6 anos

6. Você é professor efetivo da Secretaria de Educação em que trabalha?
(X) Sim, 6 anos ( ) Não

7. Há quanto tempo atua como professor de aluno surdo? 1º anos

8. A Secretaria de Educação onde você atua exige algum critério para ser professor de alunos surdos?
( ) Sim (X) Não. Se sim Quais? COM auxiliar de libras

9. Qual a sua carga horária semanal em sala de aula? 40 HORAS

10. Qual a sua carga horária semanal como professor de alunos surdos? 20 HORAS

11. Você exerce outra função além de professor?
( ) Sim (X) Não. Se sim Quais?

12. Você trabalha em outra instituição, além desta Secretaria?
( ) Sim (X) Não

13. Se você respondeu sim na questão anterior, qual(is) e com qual carga horária?

III – Formação Inicial

14. Qual(is) das formações abaixo você possui? Preencha o(s) quadro(s) com as informações sobre ela(s). Pode assinalar mais de uma.

(X) Magistério

INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO
Instituto Santa Terezinha	1985

(X) Graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO	EM ANDAMENTO (ano de previsão de término)
filosofia	UFPA	2015	

15. De que forma cada um do(s) curso(s) acima que você realizou contribuiu para sua atuação com alunos surdos?
No curso de filosofia fiz um semestre de formação em libras

III– Formação Continuada Sistemática

PÁGINA 03

16. Você fez alguma pós-graduação?
( ) Sim (X)Não

17. Se você respondeu sim a questão anterior, preencha com o(s) quadro(s) abaixo:

( ) Especialização

CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO	EM ANDAMENTO (ano da previsão de término)

( ) Mestrado e/ou Doutorado

CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO	EM ANDAMENTO (ano da previsão de término)

18. De que forma cada um do(s) curso(s) acima que você realizou contribuiu para sua atuação com alunos surdos?

_____
_____
_____
_____

19. Você fez algum curso de formação específico da área para trabalhar com alunos surdos?
( ) Sim (X)Não

20. Se você respondeu sim a questão anterior, preencha o quadro abaixo:

NOME DO CURSO	CARGA HORÁRIA	INSTITUIÇÃO QUE REALIZOU	OFERECIDO PELA SUA SECRETARIA	ANO DE CONCLUSÃO
			( ) Sim ( )Não	
			( ) Sim ( )Não	
			( ) Sim ( )Não	
			( ) Sim ( )Não	
			( ) Sim ( )Não	

21. De que forma cada um do(s) curso(s) acima que você realizou contribuiu para sua atuação com alunos surdos?

_____
_____
_____
_____
_____

IV – Autoformação

PÁGINA 04

22. Você frequentou outras atividades de formação (congressos, seminários, simpósios, encontros, palestras, dentre outros) relacionadas ao aluno surdo?
( ) Sim (X)Não

23. Se você respondeu sim a questão anterior, preencha com o(s) quadro(s) abaixo:

TIPO	OFERECIDO PELA SUA SECRETARIA	ANO DE REALIZAÇÃO
	( ) Sim ( )Não	
	( ) Sim ( )Não	
	( ) Sim ( )Não	
	( ) Sim ( )Não	
	( ) Sim ( )Não	

24. Você costuma buscar informações sobre **o surdo** em outras fontes, como (pode marcar mais de uma alternativa):
( ) Livros
( ) Revistas
(X) Sites
( ) Grupo de pais e profissionais na internet
( ) Associações de pais e profissionais
( ) Professores
( ) Profissionais da saúde (Médico, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, etc.)
( ) Outros: _____

V– Formações Continuadas na Área de pessoas surdas a Realizar

25. Você gostaria de realizar formação na área de pessoas surdas?
(X) Sim ( )Não

26. Se você respondeu sim a questão anterior, preencha com o(s) quadro(s) abaixo:

TEMA	DIA DA SEMANA	PERÍODO		
		MANHÃ	TARDE	NOITE

27. De que forma essa(s) formação(ões) iriam contribuir para sua atuação com alunos surdos?
aperfeiçoamento pra eu, há possibilidade não tenho tempo disponível na semana

VI - Ensino para alunos surdos

PÁGINA 05

28. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais? Não

29. Você já fez curso de LIBRAS? um semestre

30. Você tem ou já teve contato com pessoas surdas? sim

31. Quais das opções abaixo você utiliza ao ministrar uma aula em uma turma que tenha um aluno surdo?

( ) Recursos Visuais Para Tarefas
( ) Material de apoio ao atendimento educacional especializado
( ) Língua Portuguesa na modalidade escrita
( ) Língua Portuguesa na modalidade gestual
( ) Adaptação de materiais didáticos e/ou pedagógicos com imagens
( ) Faz exploração de jogos concretos
( ) Uso de tecnologias de informação e de comunicação (TICS) acessíveis
( ) Atividades que estimulam a coordenação motora
( ) Estimula a autonomia do aluno
( ) Estimula a participação nas atividades
( ) Outros: Me parece que a intérprete não era para mim (trabalho com uma professora auxiliar)

32. Das opções mencionadas na questão 28, por qual o seu aluno surdo demonstra maior interesse? Descreva como você utilizou esta opção da última vez em sala de aula.

33. Das opções mencionadas na questão 28, qual você sente mais facilidade de utilizar com o aluno surdo? Por quê?

34. Das opções mencionadas na questão 28, qual você sente mais dificuldade de utilizar com o aluno surdo? Por quê?

35. A falta de profissionais qualificados em sala de aula pode prejudicar o aprendizado de um aluno surdo nas escolas? Por quê?

Felizmente tenho uma pessoa qualificada, por isso que é possível trabalhar e se fazer ser entendido, satisfatoriamente

PÁGINA 06

36. Qual a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais nas escolas?

Sem a libra não teriamos como ter intérprete para alunos surdos

37. Quais as principais dificuldades de aprendizagem do aluno surdo?

A língua B. de Sinais não é como a do ouvinte, é preciso que mesmo com o intérprete na sala de aula é necessário o domínio da libra pelo professor titular da sala

38. O que é necessário para uma boa inclusão para o aluno surdo nas escolas regulares?

formação de libra para todos os professores

39. Como é feito a inclusão desse aluno?

O aluno participa da aula auxiliado pelo intérprete auxiliar formada em libras

40. Qual o conceito de inclusão para você?

Que os alunos possam participar e se socializar com os demais alunos e conseguir avanços no ensino aprendizagem

41. Teoricamente os alunos surdos devem frequentar a sala do ensino regular, mas na prática isso realmente acontece? As aulas são preparadas para serem acessíveis a todos os alunos, inclusive alunos surdos?

No caso do aluno que está na minha sala ele frequenta como os demais e não tem tratamento diferenciado a não ser o intérprete que o acompanha. Ele chegou ao 5º ano cursando as séries normais e fazendo prova junto com os outros alunos

42. Qual avaliação você faz da prática pedagógica em relação ao trabalho com alunos surdos?

PÁGINA 07

Eu, particularmente não conseguiria sem a auxiliar dar uma aula a contento.
Não acredito ser possível o processo ensino aprendizagem sem o uso da LIBRAS. Concluo afirmando que nós professores, temos que dominar o uso da LIBRAS

43. Na sua opinião, a inclusão de alunos surdos na sala do ensino regular é feita de forma satisfatória e eficaz?

Sim, mas graças aos intérpretes e auxiliares, não que nós professores regulares estejamos já prontos para tal. Pelo menos na UFFA, toda licenciatura tem a disciplina LIBRAS obrigatória; possivelmente no futuro os auxiliares serão só auxiliares ou nem se faça necessário um sala de aula com surdos. Nos moldes atuais a inclusão é precária.